

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

GUEDES, Antônio Geraldo de Azevedo. *Antônio Geraldo Guedes (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1991. 20 p. dat.

ANTÔNIO GERALDO GUEDES
(depoimento, 1981)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Aspásia Alcântara de Camargo; Ignez Cordeiro de Farias

levantamento de dados: Aspásia Alcântara de Camargo; Ignez Cordeiro de Farias

pesquisa e elaboração do roteiro: Aspásia Alcântara de Camargo; Ignez Cordeiro de Farias

sumário: Marielza Tiscate; Verena Alberti

conferência da transcrição: Marielza Tiscate

copidesque: Verena Alberti

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Brasília - DF - Brasil

data: 11/06/1981

duração: 1h 20min

fitas cassete: 02

páginas: 20

Entrevista realizada com o objetivo de complementar o trabalho de organização do livro "Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias" (Nova Fronteira: 1981).

A escolha do entrevistado justificou-se pelo fato de ter sido secretário do governo Cordeiro de Farias em Pernambuco (1955 - 1958), além de seu amigo pessoal.

temas: Abertura Política, Antônio Geraldo de Azevedo Guedes, Cordeiro de Farias, Governos Militares (1964-1985), Militares, Ministério Extraordinário Para a Coordenação dos Organismos Regionais, Movimento Democrático Brasileiro, Pernambuco, Política Regional, Tecnocracia

Sumário

Entrevista: 11.06.1981

Ação mediadora do general Cordeiro de Farias no processo de abertura política: diálogo com a liderança nova da oposição e a linha autêntica do MDB; perfil de Cordeiro de Farias e seu estilo político: as características de um conspirador; relações do general Cordeiro de Farias com Petrônio Portela e Golberi do Couto e Silva na implantação do projeto de abertura; a condição de implantação da abertura no governo João Figueiredo; o hábito da leitura de jornais adotado por Cordeiro de Farias; acesso de Cordeiro de Farias ao grupo dos autênticos; contatos de Cordeiro com Marcos Freire e Miguel Arrais; as relações de Cordeiro com o entrevistado, especialmente enquanto governador de Pernambuco; impressões sobre o estilo simples de Cordeiro de Farias; relação de Cordeiro de Farias com João Agripino; atuação do general Cordeiro na pasta do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR) (1964-6): formação da equipe de auxiliares, relação com o estado de Pernambuco, estilo de trabalho do general; a viagem de Cordeiro de Farias ao Parque Nacional do Xingu, enquanto ministro do MECOR; as relações de Cordeiro de Farias com a UDN e o PSD em Pernambuco; negociação pela abertura com o empresariado; diálogo de Cordeiro de Farias com os políticos (Lacerda, João Agripino, Juraci Magalhães e outros); referência ao entendimento de Cordeiro com os militares durante o processo de abertura; avaliação dos resultados da abertura; dificuldades dos políticos de situação na prática de apoio aos governos militares e seu reflexo na campanha para as eleições de 1982; o prestígio dos tecnocratas nos governos militares e a desvalorização do político; opinião sobre o papel adequado ao técnico na esfera do governo; relato de pequeno episódio ocorrido na questão de Cordeiro de Farias no MECOR, envolvendo a apreciação do currículo de um técnico; vantagens do voto distrital; análise do processo de sucessão do governo de Cordeiro de Farias em Pernambuco: a formação das candidaturas Cid Sampaio (UDN) e Jarbas Maranhão (PSD) e o apoio inicial de Cordeiro de Farias a Apolônio Sales; comentário sobre a situação política de Cid Sampaio à época da entrevista p. 4-23

Entrevista: 11.06.1981

A.C. - Nós gostaríamos de depois, numa outra oportunidade, em que o senhor tenha mais tempo, poder conversar melhor sobre o governo de Pernambuco, inclusive sobre o senhor, sua vida política e tudo o mais. Hoje, como o tempo é curto, e o senhor tem que sair daqui a pouco, nós queríamos reconsiderar com o senhor um pouco os episódios ligados à abertura política, dos quais o marechal Cordeiro de Farias participou e aos quais o senhor se refere numa entrevista que deu a O Globo, por ocasião da sua morte. Eu acho que a entrevista foi extremamente rica de sugestões, no sentido de acompanhamento realmente dos diferentes momentos em que o marechal participou das negociações políticas, visando a abertura. Nós gostaríamos também de ter a sua participação nisso tudo, quer dizer, como o senhor colaborou com ele nesse sentido e como a gente podia reconstituir um pouco essa trajetória final dele.

A.G. - Bem, em primeiro lugar, eu quero agradecer a você a possibilidade de poder ajudá-las nessa campanha tão meritória, que é a de levantar o pensamento e a ação política de vultos tão importantes na história do país quanto foi o general Cordeiro de Farias.

No tocante especificamente a essa parte da abertura, realmente o papel dele, embora tenha sido oculto, reservado, como era muito de seu feitio, mas foi um papel, eu creio que muito decisivo. Porque a abertura dependia, antes de tudo, de uma conciliação e de uma prova de confiança entre as partes que estavam jogando no xadrez político. Havia duas partes: a oposição e o governo. A oposição não confiava no governo, de modo nenhum. E a única ponte que tinha para chegar até o governo, onde chegou efetivamente, foi o general Cordeiro de Farias. Eu digo no sentido de que o pensamento da oposição, a idéia da oposição, o papel da oposição autenticamente revelado, não se podia manifestar no sentido das reivindicações pela abertura, ao governo, senão por uma pessoa que fosse capaz de merecer a confiança da oposição. A oposição, por si mesma - oposição -, não confiava em certos setores do governo, que fossem talvez aqueles mais indicados para constituir, para formar o pensamento de abertura. Então, era preciso que uma pessoa detivesse o seu pensamento e levasse ao governo, e pudesse negociar e compor a solução de abertura. E esse papel, realmente, o general desempenhou. E de uma maneira muito simples e muito efetiva e muito objetiva.

Ele procurou, em primeiro lugar, os líderes da oposição. Não os líderes já retóricos, os líderes de geração passada, mas essa liderança nova, que conhecia bem o pensamento da oposição e que pode transmitir à nova geração, sem nenhum percalço nem prejuízo, o seu pensamento, o pensamento da oposição. Então o general Cordeiro, nesse sentido, procurou os líderes da oposição. Em primeiro lugar, o Ulisses, um com quem ele sempre falava; o Tales, conversou com ele. Mas foi chegando àqueles pontos mais críticos, onde a oposição ao governo, a oposição de idéias, a oposição de comportamentos se fazia da forma mais decisiva e mais forte. Era o caso de Fernando Lira, de Pernambuco; Jarbas Vasconcelos; Getúlio Dias; era o Gadelha, da Paraíba; o Israel Dias Novais...

A.C. - Esses eram os autênticos?

A.G. - Esses, chamada a linha autêntica do MDB. É linha da intransigência; é linha que não admitia nada senão pura e simplesmente a abertura democrática imediata, isto é: abolição do Estado forte - que na verdade havia, com a suspensão de muitos direitos -, pela liberdade total, que na posição de cidadão para com o Estado não houvesse mais nenhuma ponte e também não houvesse, por outro lado, nenhuma barreira. Essa linha da oposição era a linha da oposição adiantada, a oposição de vanguarda. Então, o general teve a disposição de conversar e eles tiveram também a confiança de ouvir do general qual era a proposta do governo para essa abertura - isso eles podiam confiar. E o general, então, dialogou, discutiu, debateu com eles, entendeu?

A.C. - Quer dizer, o senhor acha que ele tornava mais confiáveis as propostas do governo?

A.G. - Claro.

A.C. - Porque ele não tinha interesse direto nisso.

A.G. - Nenhum. O interesse dele era simplesmente patriótico. Ele não tinha o que pedir ao governo, o que tirar do governo. Não tinha nenhuma vantagem pessoal. Todas as glórias que o governo lhe pudesse dar ele já tinha obtido. Na história, ele já estava contemplado, porque um homem que fez a FEB, a Coluna Prestes, a Escola Superior de Guerra, o que que precisava mais dos governos? E no plano civil fez: foi governador em dois estados, título que nenhum cidadão, eu creio, da República, tem. Um homem que foi ministro do Interior, que andou esse Brasil Central, que antes de decidir as coisas procurava conhecê-las. Quando você ia falar com ele, ele já sabia demais o assunto que era. Um homem que dispensava assessores pelo seu conhecimento. Não pelo seu altíssimo conhecimento, nem pelo seu genial conhecimento, mas pelo conhecimento óbvio e simples de quem quer conhecer. Que antes de estudar as coisas no papel, ele já vai conhecer na realidade. E ele fazia isso como ministro do Interior.

E então, com os homens, esse contato dele... Até pelas suas faculdades de alma, porque ele era um homem bom, um homem que não demonstrava vingança nem ódio; o general procurava assimilar tudo. Quando os ataques eram duros e cruéis, ele sabia até muitas vezes sorrir e ficar em silêncio. O silêncio dele conservava muito as coisas dentro dele, não fazia manifestá-las a ninguém, não é?

A.C. - O senhor acha que essas características, justamente, que o senhor acabou de descrever, de discrição, de silêncio, de contenção, não são características muito pessedistas, num certo sentido?

A.G. - Não, eu acho o seguinte: que são características de um homem de boa fé, sobretudo do conspirador. Porque o conspirador tem, primeiro, que ser calado, não dizer o que faz. E o general foi um conspirador desde os 18 anos, desde que começou a Coluna Prestes. E depois também se alia essa qualidade a uma outra do conspirador, que o conspirador não pode confiar senão na palavra que os outros lhe dão - no papel, em documento, em nada. O conspirador é um homem que confia no outro. Se você pudesse ter um livro, acho que é do Chesterton, A descoberta do outro, não é? - em que ele mostra que realmente nós não somos nada sozinhos. E o conspirador realmente revela isso: que ele só pode alcançar o objetivo com outro. O conspirador só não representa nada. Há de ter muitos outros na vida do conspirador para todos juntos formarem uma composição só de idéia e de realização. O general era isso. Eu acho que muito dele, da alma dele está nessa virtude de ser conspirador. Porque o conspirador é um homem que confia. No dia que ele deixar de confiar, acabou. No dia em que ele for desconfiado, também ninguém acredita, está liquidado o assunto.

A.C. - Quer dizer, muito mais pela linha do revolucionário que nós chegamos a isso, do que pela linha de um homem que, no fundo, acreditava nos partidos, acreditava no entendimento das legendas. O senhor acha que é mais por essa linha?

A.G. - Eu acho que é mais por essa... Que é mais da formação dele, pessoal, entendeu? Foi um homem que viveu toda a vida confiando nos outros. No instante em que ele perdesse a confiança nos outros, ele não significaria mais nada, ele tinha que apelar talvez para outras forças. Mas essas é que foram as forças fundamentais, que forraram o alicerce de toda a sua trajetória política.

A.C. - Claro, mas para isso era preciso pisar com cautela, não é?

A.G. - Ah, claro. Na verdade... Agora, intimamente, ele tinha essas faculdades de alma extremamente exercitadas pelas múltiplas atividades que desempenhou na vida... Agora, o processo de usar aí essas faculdades era a cautela, não é? Era assim a assimilação, era o perdão.

A.C. - Como é que o senhor vê, por exemplo, a divisão de funções, nesse processo de abertura, entre o general Cordeiro e Petrônio Portela? Quer dizer, como é que eles colaboraram, em que que eles...

A.G. - Aí era o seguinte: o general levava ao Petrônio o conteúdo das informações colhidas na oposição. E o Petrônio, por sua vez, que era um homem inteligente, procurava analisá-las, e daquilo concluir uma realidade, que levava para o governo. E a soma dessas realidades pôde constituir um projeto de abertura. Aí veio a anistia, veio a supressão do exílio, veio a liberdade de imprensa - antes que tudo a liberdade de imprensa.

A.C. - E a supressão do AI-5, não é?

A.G. - A supressão do AI-5. Entendeu? Uma escalada. Mas para se fazer tudo isso era preciso o governo ter a certeza de que a oposição confiava. O governo não queria fazer, intimamente, disso, um ato unilateral. A abertura teria que ser um ato bilateral. Embora esse lado da oposição, para compor a bilateralidade, não fosse ostensivamente aberto, claro e declarado, para não significar uma adesão ao governo.

A.C. - Exatamente. Tinha que ser uma espécie de entendimento tácito, por baixo do pano, não é?

A.G. - Perfeito. Um entendimento tácito. Então, o governo sabia que aquele ato não estaria desagradando a oposição, mas era um ato em que fortaleceria o seu poder de mais tarde praticar outras ações e fazer uma abertura segura. E quando o presidente João Figueiredo... Por que hoje o presidente João Figueiredo diz que a abertura é irreversível? - a abertura como nós estamos analisando, sob o ponto de vista político; não queremos saber dos seus efeitos e conseqüências na área militar. Mas no campo político - por que ele diz isso? Porque ele está fortalecido. Em quê? Na Arena só? Não. No PDS só? Não. Porque o PDS podia a qualquer momento escorregar, porque não tem uma maioria segura e estabilizada. Ele então confiou em quê? Na área da oposição. E eu acredito que qualquer proposta dele, política, qualquer forma, esquema, idéia que ele mande aqui para a Câmara, e que diga respeito à abertura, signifique abertura, melhoria da abertura, fortalecimento da abertura, terá não só apoio nosso, do PDS, porque também somos avalistas das suas declarações e dos seus projetos e das suas promessas, como também dos próprios partidos da oposição, que antigamente se singularizavam apenas no PMDB, não é?

A.C. - Exatamente. Agora, além do Petrônio Portela, ele também procurava, evidentemente, o general Golberi? Como é que isso...

A.G. - Claro. O general Golberi é o seguinte: o general Golberi excedia até ao limite assim da preocupação política. Porque o general Golberi era um homem de uma identificação profunda com o general Cordeiro. Eles se entendiam muito bem, entendeu? Quer dizer, independentemente do Golberi estar na Casa Civil, fazer parte do sistema ou da equação política da abertura, independentemente disso, eu creio que ele estando aqui seria uma pessoa com quem o general falasse, um interlocutor continuado do general Cordeiro. Porque eles dois somavam muito as suas idéias, em favor de certos projetos comuns na área política. Golberi, não precisa dizer que era uma pessoa ligadíssima ao general Cordeiro. E o general tinha por ele uma admiração profunda, não é? Todos têm, pela sua inteligência, sua reflexão. É um homem altamente reflexivo. Como o general Cordeiro também.

O general Cordeiro tem umas coisas curiosas. Nesse ponto, de abertura, ele pegava assim cinco jornais. A Ignezinha talvez tenha visto isso. Na casa dele pegava aqueles jornais todos em cima do... Eu cheguei lá algumas vezes assim, aqueles jornais todos em cima do sofá. Ele tinha o cuidado de ler uma notícia, uma notícia importante, ele lia aquela notícia em todos os jornais. Então ele checava a notícia, no sentido dela representar uma verdade uniforme. Então aquilo era uma

verdade. Então começava a ver as entrelinhas. Ele lia aquilo dez vezes. E uma coisa que às vezes passava a nós despercebida, ele dizia: "Olha, tu não viste isso aqui, não? Que é que te parece isso aqui?" Aí: "Lê de novo. Mas isso não está me parecendo assim." - conforme a gente supunha. Quer dizer, a inteligência dele, através desses processos que eram dele, exclusivos de sua personalidade racional, esse processo levava a gente, e ele mais que a nós, a entender muito mais as coisas, e profundamente. Ele fazia isso o quê? Através de uma reflexão, não é? Calmo, silencioso, mas fazia. Às vezes você chegava lá e encontrava aqueles jornais amarfanhados, tudo em cima... Mas aquilo ali tudo foi estudado, lido por ele.

A.C. - Como é que ele chegou aos autênticos? Quer dizer, por que caminhos? Porque os autênticos estavam muito desconfiados, não é?

A.G. - Ele primeiro tinha a confiança que desfrutava, própria, de ser um homem assim realmente capaz de merecer a confiança dos autênticos. Por outro lado, ele se serviu dos amigos. Ele tinha uns amigos e os amigos são para isso mesmo. Eu, por exemplo, não tinha como ele, e ele tem muito mais do que eu, o que nós chamamos passagem franca nas alas da oposição. Ele tem uns amigos velhos dele, do passado, um Amaral Peixoto, Ulisses Guimarães, o Tancredo Neves, homens da velha guarda, não é? Por outro lado tem ainda os outros da UDN, que estão no PDS também, homens ligados a ele por muitas coisas. Então, através desses homens ele tinha a sua franquia dentro da oposição, de passagem, passava abertamente. E naquelas áreas que não o conheciam, ele tinha muitos amigos... Eu mesmo, algumas vezes, eu o fiz se aproximar, ou, melhor dizendo, fiz alguns deputados da oposição se aproximarem dele, para falarem com ele, para conversarem com ele, para o escutarem...

A.C. - Quem, por exemplo, o senhor se lembra?

A.G. - Bom, assim... Por exemplo, eu me lembro do Jarbas Vasconcelos. E Jarbas não queria conversar com ninguém, tinha horror a falar com qualquer pessoa sobre assunto de governo, sobre assunto de política, ele não acreditava no governo. O Marcondes Gadelha, da Paraíba; o Israel Dias Novais, de São Paulo; o Getúlio Dias, do Rio Grande do Sul; um deputado do Espírito Santo, não me lembro agora o nome dele, mas depois virá. Fernando Lira, de Caruaru, Pernambuco. Marcos Freire não precisa falar, porque Marcos sempre tinha contatos com ele. Tales também, era da oposição mas era pessoa praticamente íntima do general Cordeiro.

A.C. - O Marcos Freire já tinha os seus contatos autonomamente, não é?

A.G. - Sim, [antes]¹ o general Cordeiro tinha. Às vezes ia ao Rio de Janeiro conversar com ele, entendeu?

A.C. - Nós inclusive encontramos uma fotografia, do tempo do governo, que o Marcos Freire estava no palácio.

A.G. - É verdade, é verdade. Mas desde esse tempo, Marcos sempre foi uma pessoa assim muito acatada por nós todos, não é? Ele tem lá sua linha política, sua ideologia, cada um tem a sua parte nesse campo. Mas ele sempre foi uma pessoa que mereceu todo o acatamento de nossa parte. Não só em Pernambuco, quanto aqui, no campo nacional mesmo. E o general dava a ele... O general, você há de compreender, porque viveu bem esses problemas e sabe como é o homem público - tem as suas restrições, as suas limitações de contatos, de tudo. Mas na verdade há pessoas para quem a gente se abre, com a melhor sinceridade possível, porque sabe que são pessoas incapazes de se justificar comprometendo você em qualquer situação. E uma dessas pessoas, realmente, era o

¹ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir

Marcos Freire. Então o general se abria, conversava, brincava. Como também algumas vezes eu vi, já faz muitos anos, ele aqui mesmo ter as palestras amistosas com Miguel Arrais. No Recife...

A.C. - Teve?

A.G. - Teve. O general era um democrata convicto. Ele tinha a sua linha política.

A.C. - Depois da volta do Arrais, que o senhor quer dizer?

A.G. - Não, depois da volta, não.

A.C. - Antes, não é?

A.G. - Antes da volta do Arrais. 63, 62, aqui, na Câmara, quando Arrais vinha cá, ainda governador de Pernambuco. Mas o general tinha a sua linha política, ele tinha a dele.

A.C. - Mas nunca se recusava a falar, não é?

A.G. - O general nunca se recusou a falar com ninguém, entendeu? Agora, sempre foi um homem de ouvir muito mais do que falar. Ele não era um tagarelador, não é? Ele só conversava, evidentemente, analisava as coisas, comentava, com as pessoas que eram interessadas, verdadeiramente...

A.C. - Ele só tagarelou para nós, não é? Noventa e tantas horas... [risos]

A.G. - Pois é. Mas você vê, um homem como o general, de uma vida tão rica, não é, e tão bela, que podia se tornar com ela, ou se escrever com ela uma verdadeira epopéia, ele guardou e não gostava que se falasse. Às vezes falava por cima. Eu, muitas vezes, arranquei dele muitas conversas - e desses assuntos: Escola Superior de Guerra, ele adorava falar sobre a Escola; Coluna Prestes e a FEB. Talvez a FEB menos, mas Coluna Prestes e Escola Superior de Guerra, eram dois assuntos que tocavam muito a ele.

A.C. - Depois nós vamos querer que o senhor nos conte o que ficou disso tudo, porque embora a gente tenha um depoimento bastante minucioso, de vez em quando eu tenho impressão que algumas coisas escaparem. [risos] De modo que será a maneira talvez de recuperar.

A.G. - Não tenha dúvida: o que estiver ao meu alcance... Muita coisa que a gente sabe pelo convívio, porque na verdade eu estive com ele durante quatro, cinco anos no governo de Pernambuco, não é? E pouco a pouco, pela singular situação dele não ser de Pernambuco, e por pernambucano ser assim meio... Como eu diria? Sem ofender a ninguém, mas meio... Meio rempli, não queria tratar...

A.C. - Tem orgulho regional muito grande, não é?

A.G. - O general era do Rio Grande, uma pessoa de fora e tal, e no nosso grupo havia muita gente que tinha vindo da UDN, que era do outro lado e que tinha lutado contra o general, mas que depois da posse o general assimilou a todos, então essa gente não tinha assim facilidade. E eu tinha contatos. Então, era mais ou menos uma ponte, como alguns outros secretários também foram. Então a gente conversava muito, no governo. A princípio sobre os problemas administrativos, depois sobre os outros problemas que eram gerais - porque o general era uma personalidade nacional -, eram gerais e que a gente, com o correr do tempo, ia tendo assim certa razão para perguntar, para saber dele. No começo ainda havia uma certa cerimônia. Mesmo porque eu não

conhecia o general, apenas eu fui convidado para ser secretário de governo, indicado pelo meu partido, que era o Partido Libertador, sem ter conhecimento pessoal com ele. Depois, no governo, é que fui adquirindo conhecimento e fazendo dele um grande..., uma pessoa que já está no meu coração, na minha vida por todos os motivos. E creio que assim muita gente, lá em Pernambuco, também. Porque não houve uma pessoa sequer que se aproximasse do general Cordeiro - são raríssimas as pessoas - para não reconhecer nele essas grandes qualidades de espírito, de sentimento, de coração, de compreensão, de boa vontade. Ele realmente... E com isso ele formou essa liderança, que talvez, se tivesse sido um homem audacioso, arrogante, e prepotente, o tivesse levado a posições muito elevadas. Mas ele achava que a melhor posição que ele podia ter era essa de prestar o bem aos outros, de atender. E ele procurava atender a todos. O general nunca se negou a ninguém. Nunca se negou a ninguém. Ele, naturalmente, fazia o que estava a seu alcance, evidente. Mas para você chegar, pedir, procurar, ele sempre procurava um meio: "Bom, eu não te posso fazer, mas eu te dou uma carta, vai procurar por fulano, vai ver sicrano." Entende? Era um homem de uma dimensão humana extraordinária. E simples! E simples. O general era o mesmo para todo mundo. Ele andava... Se ele não fosse general e ninguém o conhecesse, você dizia: é um homem comum. Andava naquelas ruas do Rio de Janeiro, do Recife, de Brasília, como qualquer pessoa. Ia a qualquer lugar, falava com toda gente que lhe falava, de uma simplicidade e de uma modéstia....

A.C. - Eu não me lembro dele ter entrado uma vez na sala de entrevistas sem cumprimentar o operador do som. Era um cuidado que ele tinha.

A.G. - Talvez aquele homem nunca tivesse sido cumprimentado nem pelo diretor dele. O general, uma figura tão importante... Os motoristas, o pessoal que trabalhava aqui, quando ele vinha a Brasília adoravam o general. No Ministério, então, era um homem queridíssimo. Porque ele tratava a todos muito, mas muito bem. O pequeno, o grande; não fazia distinção entre o sabido, o analfabeto, o preto, o branco.

A.C. - O senhor acompanhou ele no Ministério do Interior?

A.G. - Sim, eu o ajudei lá, porque o general, quando montou o Ministério, ele trouxe do Rio o dr. Luís Carlos Oliveira, que tinha feito a revolução com ele. E aqui, eu e o João Agripino indicamos a ele duas pessoas, para tratar do Ministério: foi dr. José... Faleceu, um rapaz de grande valor, que era um assistente do João Agripino. O general gostava muito de João Agripino. Aliás, você pode obter muito informe dessa vida política do general no Rio de Janeiro, até 54, com João Agripino. Porque o João viveu muito...

A.C. - Até 54?

A.G. - Sim, porque em 54 o general foi para Recife e o João se separou. Às vezes ia lá para Recife... João era tão amigo dele que algumas vezes saía do Rio e ia para Recife...

A.C. - Quer dizer, isso precedeu Pernambuco, a passagem do governo?

A.G. - Precedeu. Porque João era deputado federal pela Paraíba e era um líder da UDN. Então o João ia lá a Pernambuco conversar com o general, bater papo com ele, e o general adorava o João Agripino. Uma amizade que ele tinha, profunda por João. Admirava muito João Agripino - a inteligência, a capacidade, vibração, coragem cívica. João era um político completo e por isso teve o grande êxito de ser quase tudo que quis lá na política da Paraíba: de governador a vereador, acho que ele exerceu todos os postos. Então o João era um amigo do general Cordeiro, uma pessoa muito ligada a ele e que... Eu nem sei o que eu estava falando sobre o João.

I.F. - Sobre você e o João, que indicaram as pessoas para trabalhar com ele no Ministério.

A.G. - Ah, sim. É, botou José... Ora! Medeiros: José Medeiros. E depois eu fui a Recife - você vê como são as coisas. Eu aí fui ao Recife. Eu trabalhava, todo dia eu estava lá. Juarez; Juarez era um amigo nosso, Juarez Gomes Lopes, amigo do general Cordeiro. Dos meninos, como Sileno e outros, que formavam uma vanguarda jovem ao tempo da campanha do general. O general aproveitou tudo isso; todos esses meninos ficaram amigos dele, entende? Era o poeta Carlos Pena Filho, Sileno Ribeiro, Juarez, Rui Guerra Barreto, mais um outro... Acho que Sérgio Murilo, dessa época, que hoje é deputado federal, e mais uns dois que compunham assim o grupo jovem da campanha do general. Um grupo de estudantes mesmo. Carlos Veloso, um médico, que está no Rio de Janeiro, até um bom orador esse menino. Eles faziam a campanha do general Cordeiro. Mas o general era muito ligado a Juarez. Juarez era um temperamento assim fechadão, entendeu? E muitas vezes intratável, mas tinha uma qualidade absoluta, que era a lealdade. Era tremendamente leal.

[FINAL DA FITA 1-A]

A.G. - Bom, o Juarez trabalhava aqui no Ministério, ajudava o general. Mas o general ia pouco ao Ministério. O General não era homem de estar sentado. Ele ia ver os problemas. Não é ver o problema no papel, porque o assessor trouxesse, e aqueles diretores... O ministério dele era o Ministério da Coordenação dos Organismos Regionais - foi o primeiro nome. Pegou tudo o que foi organismo regional solto aí e juntou: era Sudene, Sudepe, Funai...

A.C. - Sudam.

A.G. - Sudam, tudo isso. Era um mundo, entendeu, para coordenar isso. Mas para ele receber essa história através dos assessores, embora confiasse neles, ele ia lá. Então ele visitou tudo isso. Comigo mesmo ele foi umas três vezes ao Parque Nacional do Xingu, à Funai, fomos à Sudene, Sudam, mexemos por aí. Mas era preciso, enquanto ele estivesse fora, ele ter os papéis, os documentos de implantação do Ministério prontos, não é? Tinha o Zé Medeiros que trabalhava muito, o Luís Carlos naquela assessoria especial, mas ele precisava da parte jurídica, de montar. Aí nós tivemos que procurar um consultor, uma pessoa. E a muito custo eu consegui trazer de Recife Luís Rafael Maia, que veio para cá ser procurador - estava para se aposentar, lá no Recife, queria se aposentar. Que é um filósofo. E Luís veio para aqui e se tornou amicíssimo do general Cordeiro. O general também, então, o que o Luís escrevesse, ele assinava. Não queria nem saber. Porque também a ele não interessava a parte jurídica. Terminou Luís Rafael dali, pelo reconhecimento do seu próprio valor, sendo procurador geral da República... Não, era consultor geral da República, e hoje ministro do Supremo Tribunal Federal.

A.C. - Veio pelas mãos do Ministério.

A.G. - Eles e um outro rapaz de Bezerros, em Pernambuco, Severino Mário, que hoje é consultor jurídico do Ministério.

A.C. - Quer dizer, ele não cortou com Pernambuco, o general Cordeiro.

A.G. - Não cortou. Não como você diz.

A.C. - Ele não cortou com Pernambuco, quer dizer: deixou o governo, os laços permaneceram.

A.G. - Não, absolutamente. Permaneceram, ele voltou lá sempre. Não cortou de forma nenhuma. Ele, depois de deixar o governo...

A.C. - Ele quis convencer a gente que cortou, mas a gente não acreditou, não. [riso]

A.G. - Não, não cortou, não. Assim para fazer política, sim. Isso ele cortou, evidentemente, não é? Mas, para manter as relações de estima, de conhecimento, isso ele não cortou.

I.F. - E aí tinha um papel muito importante também, porque no Ministério do Interior, ou no Ministério da Coordenação, Pernambuco tinha um papel importantíssimo, de necessidade de apoio do Ministério, não é?

A.G. - Ah, é, perfeito.

I.F. - Quer dizer, não eram os laços políticos, era a necessidade do apoio do Ministério.

A.G. - O apoio do Ministério, entendeu? Porque a política, ele praticamente não fez mais. Ele ficou o político assim, realmente, das idéias gerais. Ele passou a...

A.C. - Que era a vocação dele, não?

A.G. - Que era a vocação dele. O general seria um grande filósofo político que o Brasil teria. Entendeu? Porque ele tinha o conhecimento da realidade. Isso ele fazia questão de ter. Por exemplo, ontem, aparte de Osvaldo Coelho a um discurso lá... O Osvaldo tocou num ponto muito importante, a meu ver. Valendo uma interpretação... O general chegou em Pernambuco, um homem do Sul. Vivendo a guerra... Vivência no Nordeste de comando. Quando ele chegou no governo de Pernambuco, infelizmente ocorreu uma seca. Ele não teve dúvida: foi até lá, à região da seca...

A.C. - A seca de 58, não é?

A.G. - De 58. Até ontem eu estava com uma dessas fotografias comigo: o general dentro de um caminhão com o pessoal da seca.

I.F. - Um caminhão em cima da barcaça.

A.G. - Em cima da barcaça.

A.C. - O senhor podia nos emprestar para a gente tirar uma cópia, quem sabe não põe no livro?

A.G. - É importante, quer dizer, esse aspecto, entendeu? - dele conhecer a realidade. Outro aspecto... Porque eu tenho essas fotografias, não sei onde. Aqui no Parque Nacional do Xingu. Nós passamos, a primeira vez, quatro dias no parque. Ele sendo condecorado... Eu me lembro quando houve aquelas festas das tribos, com o pajé botando a coroa nele, essa coisa toda. Até O Globo, nesse tempo, publicou uma fotografia dele com aquela coroa do pajé, o cocar. Mas ele, depois, dizia aos Vilas Boas: "Bom, agora, essas festas estão acabadas. Vamos conversar sobre esse problema aqui como é. O que é que você acha que é dos índios, como é que os índios estão sendo assaltados, que é que eles reclamam." Aí o Orlando Vilas Boas chamava um daqueles índios, ou senão o Cláudio, irmão dele, pajé e tal, falava na linguagem deles, e eles então explicando: "Olha, semana passada, ele está dizendo, que um sujeito apareceu ali num barco, com dois soldados, armados, em cima do barco, e começaram a matar jacarés." Eles matavam os jacarés para tirar o couro, desperdiçar a carne e vender a qualquer preço a uma firma, que por sua vez mandava para Miami, para os Estados Unidos. Ele disse: "Já vendeu muitos jacarés. Está acabando com as frutas silvestres. Outros vem aqui tirar os peixes, pescar." E o índio tinha tudo aquilo como propriedade dele, não é? Era o amor de propriedade que o índio revelava naquele gesto. Então o índio se queixava. E porque não teve nenhuma proteção... Então ele contando ao general: não tinha proteção

de ninguém, porque ele não sabia o que é o governo nem nada e tal. A possível proteção deles eram os Vilas Boas que estavam ali. E os Vilas Boas não tinham arma nem Exército e eles já estavam aborrecidos. Eles então pegavam mesmo, uns com bordunas, quando conseguiam derrubar o sujeito, e outros com aqueles setas. Entendeu? E setavam o sujeito, o invasor. Matavam aqueles jagunços ali. Aí vinham as lutas. Porque o jagunço era ligado a uma empresa comercial, ou latifundiário dali perto; essa podia chamar a polícia, a polícia então vinha atacá-los, os índios, e havia as lutas. Ou armavam os jagunços para atacá-los, ou senão botavam os jagunços nas barcaças, armados, para proteger os sujeitos que estavam roubando o peixe, ou tirando jacaré, ou matando a ave - que eles consideravam patrimônio deles, índios, e queriam vê-lo inteiramente preservado.

O general então ia lá, conhecer isso. De forma que quando o cidadão vinha aqui falar etc. que aquela riqueza está abandonada, e é preciso fazer uma política nacional de proteção ao índio, o general... Ele não estava nem sabendo que o general conhecia - aí quando ele vinha para o Ministério, nesses dias em que ele não estava fora, que aparecia no Ministério. Aí o sujeito lá vinha com os projetos etc., e o general conhecia aquilo tudo. Começava a conversar, ouvia, ouvia... E ele não estava sabendo que o general estava diante de um cara que dilapidava o patrimônio indígena, não era digno, assim como muitos que apareciam aí. E essa soma de coisas ele levava para o governo.

Tanto que ele conseguiu, depois desses anos, dois anos que ele passou no Ministério, ou três, ele conseguiu fundar o Ministério, e coma estrutura que tem hoje. E se fosse um outro, talvez, tivesse chegado lá com idéias avançadas, inovações, vida administrativa nova, essa coisa toda, e não tivesse colhido o êxito que ele colheu.

A.C. - Quer dizer, era um trabalho inicialmente lento, até reconhecer o terreno etc., ele...

A.G. - Era difícil. Tanto assim que você levanta... Isso eu comentava às vezes com os amigos comuns nossos, ainda anteontem conversava com Aderbal Jurema, senador, que foi secretário de Educação e que pode dar também um depoimento importante sobre isso. Eu falava com o Aderbal que o general conhecia as coisas. A gente estava comentando que ele era apresentado a um estranho, e o cidadão podia até nem sair com boa impressão dele. Porque ele não era desses homens expansivos, que abraçassem, entendeu? Que cumulasse a pessoa logo de perguntas e tal... Nada disso. Ele deixava que o cara falasse, que mostrasse bem a sua alma, porque ele gostava também de conhecer eu acho que mais a alma que a idéia de cada pessoa... [riso] O general gostava muito. E adorava os coronéis, por isso. Ele chegou em Recife, em Pernambuco... Eu acho, não sei nem se deva contar isso aí, mas eu tenho a impressão... É uma idéia que eu faço, não é? - minha. Posso estar inteiramente errado. O general, no governo de Pernambuco, ele aprendeu uma coisa, no terreno político: era que o PSD não era aquilo que a UDN dizia - em primeiro lugar. Porque ele vinha de uma UDN idealista, do Rio, de São Paulo, aqueles próceres, cheios de bandeiras, de idéias. Chegou no Recife, para ser governador de um partido que tinha sido culpado - veja bem - pela morte de Demócrito Sousa Filho, que era um símbolo dos estudantes udenistas. Muito embora depois a própria UDN absolvesse o Etelvino, que era [inaudível] partido, porque indicou Etelvino chefe desse partido para ser presidente da República.

Mas o fato é que o general saiu, embora candidato nosso, mas ele naturalmente devia ter assim as suas desconfianças: "Será...? Esse PSD..., vou cuidar aqui bem, fazer uma obra de conciliação aqui." Ele também tinha pegado uma parte da UDN para apoiar o nome dele, não é? Mas de qualquer forma ele checou o PSD, sem querer checar, não é? Só com o procedimento e com o comportamento dos pessedistas. E dentre esses pessedistas, a UDN se queixava demasiadamente, em toda parte, dos coronéis do PSD. Que eram os homens velhos, que mantinham o poder...

A.C. - Lá do interior...

A.G. - No interior do estado. Exatamente esses coronéis foram os homens que revelaram ao general Cordeiro uma verdadeira noção diferente da vida política.

A.C. - É verdade.

A.G. - Eu sei que uma vez o general me falou que os coronéis... Ele disse: "Olha, o Jésus..."

A.C. - Ele aprendeu muito com os coronéis.

A.G. - Ele dizia isso: "São necessários."

A.C. - Isso está muito bonito no livro, inclusive. Muito bonito, está uma maravilha!

A.G. - Pois eu folgo em saber disso.

A.C. - Agora, eu queria perguntar ao senhor um detalhe, inclusive um pouco baseada numa conversa com o Tales Ramalho hoje de manhã: esse setor da UDN que apóia o Cordeiro era um setor ligado ao Antiógenes Chaves, a esse grupo?

A.G. - Não, me parece... Esse setor da UDN, que apoiou, foi Cid Sampaio. Era ligado a Antiógenes.

A.C. - Mas apoiou Cordeiro?

A.G. - Apoiou Cordeiro. Alde Sampaio, que era deputado federal, e o outro irmão dele, o Lael Sampaio. Porque a UDN, praticamente, em Pernambuco, era isso: era a parte dos Sampaio e a parte de Cleofas. Alguns usineiros da UDN...

A.C. - E o Antiógenes também apoiou.

A.G. - Antiógenes eu acho que apoiou o general Cordeiro, porque ele era muito ligado a Cid. Gilberto apoiou o general Cordeiro, Gilberto Freire. Gilberto apoiou inclusive levado por Aderbal Jurema.

A.C. - Porque ele era da UDN, o Gilberto?

A.G. - Não era UDN, mas era muito ligado à UDN. Ele era contra o PSD.

A.C. - Contra o Estado Novo, em suma.

A.G. - Contra o Estado Novo. Inclusive ele foi preso no Estado Novo, fez muito discurso contra o Estado Novo, quando assumiu a Câmara dos Deputados aqui, como deputado federal.

A.C. - Voltando com o senhor um pouquinho a um período mais recente: afora esse trabalho realmente de aproximação com a oposição, que foi estrategicamente muito importante, com que outras áreas o general Cordeiro negociou, se aproximou, digamos assim?

A.G. - Não sei se negociou, mas que indiretamente ajudou a abertura, foi com a parte do empresariado. Muitos empresários, sobretudo de São Paulo, que o procuravam, do Rio de Janeiro... E lá no escritório dele, da avenida Rio Branco, ele era muito procurado. Esses. E outros deputados também. Outros deputados do próprio partido, do PDS, que eram preocupados com a situação. O deputado Bias Fortes, de Minas Gerais; o deputado Herbert Levy, de São Paulo, entende? Eram homens que chegavam ao general Cordeiro, falavam com ele. E, naturalmente, conduziam seu pensamento de segurança, de confiança. Os empresários, porque viviam assim um período de

instabilidade. Porque o empresário... Eu acho que a coisa mais penosa que há para o empresário é não confiar no governo. Mas eles querem é um governo confiável, eles querem um governo de confiança estável, para poderem montar os seus projetos, pensarem no seu futuro e terem as suas conseqüências previamente asseguradas. Ou, enfim, o seu lucro, não é verdade? Há o tempo em que há essa confusão, ninguém está sabendo como essas leis vão continuar, se vão depender de Congresso, se vão depender de um só homem, se a gente está realmente com uma democracia plenamente assegurada ou não... Enquanto isso está assim sendo balançado, nesse jogo de influências, de interesses, de incertezas, então o empresariado está preocupado. Porque quer um rumo, não é? E quem não tem rumo...

A.C. - Quer uma previsibilidade, não é?

A.G. - É claro. Não há vento que ajude a quem não tem um rumo. Então, esse rumo, mais ou menos, ele dava, e o sujeito via a previsibilidade: a previsibilidade é essa. O general tinha - por isso que eu o situei e achei sempre assim: que ele tinha esse dom de ver o futuro. Era um homem como o Lacerda. Isso foi uma conversa com o general Cordeiro. Eu assisti umas duas ou três, uma vez de madrugada, lá no Recife, quando o Lacerda chegou, para conversar com o general. Era uma conversa maravilhosa! - dele com o general Cordeiro. Porque o general ouvia Lacerda; Lacerda disparava: tá, tá, tá, conversando. Quando ele parava, o general então botava uma objeção. Mas o Lacerda não esperava, porque era uma objeção assim profunda, nascida de uma intensa reflexão, de um conhecimento de causa. Aí o Lacerda tomava aquele espanto, não é? E procurava, efetivamente... Depois ele saía confiante no general. Tanto que o general impôs sempre. Não é impôs por determinação violenta, mas o general sempre viu as suas idéias serem aceitas por eles; homens como Lacerda, João Agripino, Juarez, que apareciam sempre lá, Juraci Magalhães... Então, esses homens tinham as suas idéias, às vezes outras idéias. O general mostrava, efetivamente, que essas idéias deles não podiam prevalecer, e eles se conformavam e tiram então a sua previsão, quer dizer: no instante em que você muda a sua idéia, você varia a sua previsão.

A.C. - Nesse período recente, além dos empresários, qual teria sido o papel dele na área propriamente militar?

A.G. - Ah, isso aí... Eu, sinceramente... Eu sei que o general... Ora, militar, ele sempre foi, tinha grandes amigos na área militar, devia ter conversado com muitos militares, mas não é do meu conhecimento.

A.C. - Quer dizer, o que configurou mesmo a atuação dele foi mais a parte civil, não é isso? Quer dizer, o contato civil.

A.G. - Essa parte, sim.

A.C. - E com a oposição, especialmente.

A.G. - Com a oposição em especial. Essa parte militar, ele deve ter feito, não sei. Acredito que fizesse, porque a abertura não fazia só com a vontade política dos civis. Tinha que haver, para quem fizesse a abertura, tanto o Geisel quanto o Figueiredo, uma base política militar. Quer dizer, a segurança do poder político tinha de se sustentar numa base militar. Isso é evidente. Porque o governo não ia, contra um entendimento militar, assegurar uma abertura política. Sobretudo dada a natureza do governo, que por isso ou por aquilo ainda é um governo de origem revolucionária. Eu sempre digo: nós estamos no processo revolucionário. Queiramos ou não queiramos. Só uma Constituinte é que pode transformar esse outro processo e marcar uma outra etapa. Mas nós estamos - ninguém se engane - dentro da revolução ainda. Houve o primeiro instante, daí por diante nós estamos gerando atos revolucionários. Não houve nada, nem... O que mais assim se aproxima

da não revolucionariedade seria o nosso mandato, a eleição. Mas a eleição está vinculada a um sistema de leis que não procedem de Câmaras, não procedem das Câmaras. Houve muitos atos adicionais, institucionais, atos que emergiram e procedem do poder revolucionário. Então eu acho assim: que a revolução não se acabou, a revolução está no seu processo.

A.C. - O senhor realmente imagina que ele teria tido muitos contatos na área militar. Mas, enfim, parece que ele teve um comportamento importante, uma atuação importante, no momento da crise de São Paulo, que redundou na demissão do general Ednardo. O senhor acompanhou isso?

A.G. - Não, eu acompanhei isso muito distantemente, não é? Apenas via pelos jornais. A gente sabia porque o seguinte: no governo Geisel...

A.C. - Não, eu digo a missão do general Cordeiro, a função dele nessa crise.

A.G. - Eu sei, claro. Eu digo: no governo Geisel, eu acho que o general era muito consultado, para apreciar e conhecer, não só esses problemas gerais, econômicos, mas especificamente esses problemas militares. E essa parte militar da abertura, que foi gerada no governo Geisel, dela ele deve ter participado. Agora, se você me perguntar como, eu, essa parte, não acompanhei, não sei. Eu sei apenas a parte política, nessa arezinha, nessa fatia que me coube acompanhar.

A.C. - O senhor acha que ele ficou satisfeito com os resultados desse processo todo?

A.G. - Ah, eu acho que sim. Porque ele viu a abertura se concretizar, os presos políticos voltarem para os seus lares. Eu acho que no Natal já estavam todos aqui. Se tivesse fora um ou outro, seria em número muito reduzido. A censura aberta, as eleições declaradamente indicadas e o processo de confiança restabelecido. Então a gente não pode hoje admitir que alguém diga que não haverá eleições, que há censura no país, que há torturas, que há presos políticos, que há censura de imprensa. Ninguém admite porque seria contrariar a verdade. Então eu pergunto: qual é o país que está nessas condições do Brasil hoje? Você pode dizer as maiores democracias do mundo. Talvez não exercitem a democracia com tanta intensidade quanto aqui no Brasil: a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha. Não é verdade? A gente está, evidentemente, desfrutando uma plenitude democrática, ninguém pode dizer que não. O que falta apenas para isso é a Constituinte, que haveremos de fazer, um novo diploma. Mas as leis que estão aí, mesmo de exceção, são as leis que asseguram uma vida democrática ao país. As coisas que há estão em toda democracia, todos os países democráticos têm isso: greve, grita, faixas na rua, protestos... Isso é dos países democráticos mesmo. Essa é que é a realidade, é como eu penso.

I.F. - E esses contatos no governo Figueiredo depois da morte do Portela, como é que continuaram? Ele continuou atuando alguma coisa?

A.G. - Ah, sim, porque... Depois da morte do Portela... A morte do Portela se deu em fevereiro, não é? Não, janeiro.

A.C. - Janeiro. 80, não é?

A.G. - É, no mês de janeiro. Olha, o general veio cá. É natural que não era com tanta intensidade, acredito eu. Mais tarde... Talvez, quem lhe pudesse responder bem essa pergunta fosse o Sileno Ribeiro. Porque Sileno era o secretário do ministro Portela e ficou praticamente no Ministério mais um ano, até vir um novo ministro e ele passar mais um ano lá. Então, nesse tempo, efetivamente, a gente pode dizer que se consolidou essa parte de abertura. Pode ser que a coisa caminhe até amanhã para um outro rumo, mas que a abertura foi consumada, foi. Ninguém pode, em sua consciência,

negar isso. É uma realidade incontestável, que está aí na frente de todos; ninguém pode dizer o contrário.

A.C. - O senhor acha que essas bombas, enfim, o terrorismo, do qual o marechal foi vítima, num certo sentido, o senhor acha que isso é acidente de percurso, ou que...?

A.G. - Mas claro. Você vê bombas em todas as partes; você vê bombas em todas as partes, em todos os locais. A gente, devido a nossa formação, talvez, a gente não tivesse nesse sentido um tempo democrático tão violento. Antes, a democracia, no máximo, tinha a sua violência retratada num discurso ofensivo, da tribuna da Câmara, numa manchete, numa imputação caluniosa, não é? Em qualquer coisa que não atingisse, assim, um grupo social. Mas hoje, com a televisão, com o rádio e com as possibilidades tecnológicas de comunicação, então essa violência se manifesta de outra maneira. Mas o fato da violência existir não significa que a abertura esteja comprometida, que a abertura não tenha sido feita. Tanto é verdade que a primeira resposta às bombas foi do próprio presidente da República, que, perante a nação, é um comprometido com ela. Ele, diante da nação, foi declarar a todos, pela imprensa, pela televisão, pelo rádio, que qualquer bomba... - ele até chegou a esse ponto que eu creio que poucos chefes de Estado teriam a decisão de declarar - de que a bomba não era nem contra o Rio Centro, nem era contra a OAB, era contra ele, contra o governo dele. Um presidente que chega a dizer isso, então, é porque, na verdade, o comprometimento com a abertura está acima de todas essas bombas. Eu não digo que seja assim... Podia não ser normal, mas a gente pode admitir. Como se pode admitir - eu admito - muitas coisas até lá. Porque a abertura vai significar também muitos privilégios suspensos, muitas vontades insatisfeitas. E o poder, que era de poucos, tem que se desdobrar para todos.

A.C. - Esse processo de acomodação é penoso, não é?

A.G. - É penoso. É como um terremoto, não é? Até que a coisa volte para a normalidade... Pois é isso aí.

A.C. - Não sei se o senhor teria mais coisas para nos esclarecer sobre esses encontros dele, as negociações, enfim, as conversas que ele tinha... O senhor acha que foi mais um trabalho realmente de sensibilizar a área civil para um acordo, um grande acordo?

A.G. - É claro. Uma pré-condição que ele criava, para se estabelecer um nível de confiança no tratamento da abertura. Porque antes era impraticável. Ninguém queria fazer, absolutamente, contato com o governo, porque não tinha confiança no governo. E há fatos assim praticados, em que o governo se esmerava por dizer uma coisa e na realidade sair com outra. Então, sobretudo a classe política, não queria acreditar. Infelizmente, foi esse mau comportamento que criou essa situação de ostensiva animosidade contra o governo. Porque um governo que fez... - eu digo lá no Nordeste, por exemplo -, que fez pelo povo o que o governo Geisel, por exemplo, realizou, em termos de energia, de estradas, de escolas, de defesa do...

[FINAL DA FITA 1-B]

A.G. - Sim, mas eu dizia: um governo como o Geisel, que realizou tantos benefícios lá em Pernambuco, e deve ter realizado em outras áreas, em outros estados do país, um governo de tanto proveito para a nação... - podia ter seus lados negativos, não importa comentá-los agora, mas que tinha esse lados positivos para a nação -, deixou-se realmente, não sei por que, perturbar, e fazer se levantar contra ele o protesto da juventude, o protesto da Igreja, o protesto dos operários. Quer dizer, faltou, na verdade, eu creio que um grupo de elementos capazes de levar essa mensagem realizadora do governo ao povo. Então, quem leva isso? É o político. Mas nós tínhamos um tempo muito reduzido, somente nas eleições podíamos falar ao povo e assim mesmo sem televisão,

fazendo os comícios nas cidades. Ao passo que a oposição se servia das pequenas coisas para levantar os grandes temas e criar hoje no país uma força tão expressiva de idéias contra o governo, que a gente vai ter muito trabalho para ganhar a eleição de 82.

A.C. - Está todo mundo preparado?

A.G. - Mais ou menos... [risos]

A.C. - Eu acho que o general Golberi está preparado, não é?

A.G. - Todos nós estamos... [riso]

A.C. - Tem que dar um jeito de se entender aí...

A.G. - Vamos vencer, esperamos vencer. Mas eu acho que uma das formas melhores de esperar vencer é realmente reconhecer o resultado e preparar as eleições, não é? - democraticamente.

A.C. - Agora, com essa diversidade de partidos, há possibilidade, mesmo perdendo, talvez de haver um entendimento, não é isso?

A.G. - Mas não é isso, eu acho que não. Eu acho que os partidos podem favorecer uma dispersão de votos, na verdade. Mas essa dispersão não será tão grande que faça diminuir...

A.C. - O impacto da vitória da oposição.

A.G. - Ou do governo. Entendeu? - ou do governo. Porque já existe um pensamento definido no país. A oposição já é uma idéia geral. Votar no governo é uma idéia geral; como também votar contra o governo é outra idéia geral. Então, essas duas idéias é que se vão chocar. Esses grupinhos não têm maior significação. Agora, o PDS e o PMDB é que se vão defrontar: governo e oposição.

Agora, o governo... O que me faz triste é o seguinte: é que nós, com tantas possibilidades de vitória, nós não soubemos, durante esses tempos, manejar esses condutos sociais de informação, a ponto de demonstrar ao povo que o governo era merecedor de crédito de confiança. Porque o governo não soube levar a sua mensagem.

A.C. - Os canais não funcionam.

A.G. - Não funcionam. Os tecnocratas não servem ao povo. Eles servem ao governo. E o governo, em vez de se apoiar nos políticos, a quem o povo está ligado, evidentemente, o governo se apóia [nos militares]², nos tecnocratas. E os tecnocratas não querem ver político. Agora tratam bem etc., na mesa, no papel, mas na hora da decisão, a maioria toda é contra nós. Então, esse é que é o grande drama que a gente quer atravessar. Porque se tivesse realmente uma correspondência, tivesse essa correspondência de atitudes - correspondência igual de atitudes - [inaudível] face ao povo, do técnico edo político, não tenha dúvida que seria invencível o governo. Mas, infelizmente não houve. O governo preferiu os técnicos. Agora, está dando prestígio ao político, mas não prefere o político, não confia no político, porque acha que o político não é capaz de levar a solução certa, levar a solução certa e simpática, e que faz conquistar o apoio durante as eleições, no voto.

A.C. - De qualquer maneira, essa possibilidade de eleições efetivas, ela trabalha em favor dos políticos, porque pelo menos nesse momento a tecnocracia vai ter que se render um pouco a essa realidade, não é?

² É possível que esta enunciação tenha sido corrigida pela que se segue. Ou seja: que a expressão "nos tecnocratas" anule a anterior, por um procedimento de autocorreção do entrevistado.

A.G. - Perfeito, mas embaraça também. Entende? Não é que a gente não precise; não há nada que se faça sem a técnica - é imprescindível, a técnica. Mas não a técnica para decidir; a técnica tem que ajudar. A decisão tem que caber ao poder político, que é o poder da norma, que é o poder da decisão, é o poder da sociedade, é o poder que o povo elegeu e constituiu para resolver os seus problemas. Então, o povo me traz um problema. Eu não sei quais são os aspectos que esse problema encerra, então peço subsídio do técnico. O técnico vem e me traz os dados, os aspectos, e me forma as opções.

A.C. - Quer dizer, quem abastece com a informação e com a hierarquização do problema é o povo, no fundo, é o eleitorado.

A.G. - Claro, o povo que me dá..., me diz: eu estou precisando de uma estrada, estou precisando de uma escola. Agora, que tipo de escola? Que tipo de professor? Que tipo de ensino? Quem vai me dizer para eu escolher? É o técnico. O técnico que estudou aquilo, em educação, vai dizer: "Bom, nessa área aqui vamos fazer um curso profissionalizante, vamos fazer um curso fundamental, um curso primário, um curso especial, vamos ter professores assim, vamos armar um esquema dessa natureza." Eu então decido: vamos atender a vocês, povo, através dessas e dessas medidas.

A.C. - Quer dizer, muitas vezes há um equívoco, um mal-entendido, de pensar que o período eleitoral etc. é um período de... Vamos dizer, de...

A.G. - Demagogia.

A.C. - Demagogia e de defesa de interesses pessoais do político. Quando, na realidade, é aquele momento em que ele ausculta, não é? Em que ele está percebendo e filtrando as necessidades dessas bases.

A.G. - Em toda parte agora... Todos os dias você recebe... Eu, por exemplo, tem programa de eletrificação, programa de saúde, que vou ao Ministério. Um programa de saúde em Caruaru, afetando pequenos camponeses, que não têm lugar no hospital para ficar depois que são operados, ou não têm um lugar onde ficar na cidade, para esperar a operação no hospital. Ficam lá, dentro daqueles jardins de hospitais, parecendo que estão nos terrenos inóspitos da Índia, arrasados, esmulbados. Eu estou fazendo, por exemplo, um albergue do camponês. Mas para isso eu procurei saber do médico, do enfermeiro... Entende? Eu me tornei até técnico. Para elaborar um projeto. Eu fiz o projeto, constituí uma sociedade, consegui um dinheirinho, estamos levantando um albergue do camponês - que é o lugar em que aquele camponês vai ficar antes de ir para o hospital, depois de deixar o hospital, até voltar inteiramente capacitado para casa. Isso é um problema, mas é um mini-problema, não é? Se o político não faz isso, o técnico que vai fazer... Ele recebe uma carta, ele pode fazer, mas ele faz na realidade de sua mesa, de seu gabinete, ele não vai lá consultar, ele não sabe que tipo é. Pelo contrário, ele tem até ojeriza. Porque é o cara que está engravatado, cheio de preconceitos, dono de não sei quantos títulos, não sei quantos diplomas... - e, a propósito, vou contar uma do general Cordeiro, muito interessante. Muito cheio de diplomas, entende? E que não quer nem saber do cara; ele vai resolver de acordo com a teoria que ele aprendeu na universidade mais adiantada do mundo. Quando ele aplica a teoria e vai realizar praticamente...

A. C. - A prática é diferente.

A.G. - É diferente. Aí perde-se o dinheiro, perde-se...

Mas, a propósito, chegou um amigo meu, era um engenheiro - está vivo. O general era ministro do Interior. Ele então tinha vindo dos Estados Unidos e vinha com a recomendação de um amigo meu. O currículo dele tinha, seguramente, umas 20 páginas, 20 páginas. Ele queria um trabalho na Sudene, ser secretário na Sudene, que estava vago - um general que tinha lá, muito competente, havia falecido: Agnaldo Oliveira. Ele me procurou etc. e tal, e eu levei para o general Cordeiro. O general leu aquilo - geralmente ninguém lê, não é? O general leu aquilo ali, depois me chamou e disse: "Olha aqui, esse rapaz deve ser muito competente, mas ele tem tantos títulos, que aqui no Brasil não há cargo para ele." [risos] Era técnico demais, não é verdade?

A.C. - O senhor foi eleito por Caruaru?

A.G. - Sim, eu tenho maioria lá em Caruaru, pelo PDS.

A.C. - O Fernando Lira é de Caruaru também, não é?

A.G. - Também. Lá, nós disputamos, eu e ele. Ele pelo MDB - nós nos damos muito bem - e eu pelo PDS. Você pede, por exemplo... Um cara me procura: "Seu Geraldo, eu tenho um problema de saúde, estou aqui com muita gente que não tem... - e acontece isso mesmo - ...que adocece, não tem para onde ir, morre no caminho, porque não... Daqui para o hospital tem que ir ou numa rede, ou senão aluga um carro que vem ninguém sabe quando. Vê se arruma uma ambulância para aqui, para carregar e transportar esses doentes para o hospital, para Caruaru." A gente passa um ano para conseguir a ambulância.

A.C. - Que é uma coisa de varejo, também, quer dizer: atender os seres humanos que estão ali. A pessoa tem que ter com quem falar, não é?

A.G. - E a política é isso. A política não é apenas a formulação da norma de conduta social, mas é a prestação do serviço a todos os semelhantes.

A.C. - Não é só definir os grandes projetos para aprovação etc. É tratar também do seu eleitorado, não é?

A.G. - Claro, perfeito. A gente cuida, porque aquilo ali, no futuro, vai reverter em favor desses problemas, da solução deles. Mas, na verdade, essas coisas, a gente tem que tratar.

A.C. - E o senhor acha que o voto distrital poderia, enfim, ajudar nesse sentido, de proteger...

A.G. - Olha, eu sou muito favorável ao voto distrital. Eu acho que o voto distrital tem quatro razões positivas. Primeira razão é a de identificar o candidato com o eleitor. Ou você é conhecido naquele distrito, pelas suas qualidades ou pelos seus defeitos, enfim, é conhecido, ou você não tem o voto. Em segundo lugar, é uma oportunidade que você tem de dispor de mais tempo para conhecer certos problemas do distrito - que, por serem problemas de distrito não podem deixar de ser problemas também nacionais. Você, por exemplo, está num distrito de Minas Gerais, Diamantina, no quadrilátero de Minas Gerais. Você vem debater aquilo. É evidente que você não vai debater um problema do diamante numa Câmara de Vereadores nem na Assembléia Legislativa; tem que debater na Câmara dos Deputados. Então, o voto distrital, por essa segunda razão, ele leva a você conhecer bem os problemas importantes, fundamentais do distrito. Porque o distrito tem também os seus problemas, que têm que ser resolvidos na base daqui do plano federal. Em terceiro lugar, porque é uma forma de você combater mais eficientemente o poder econômico. É uma faca de dois gumes, mas também é, porque você está conhecendo a pessoa que chega ali... Pelo menos, em vez de você lutar contra dois ou três, que vão despejar dinheiro nas suas bases de votação, você só conhece um. E é fácil você exercer a vigilância contra ele, mais fácil. E aquele que recebe o

dinheiro fica com mais medo de receber, porque sabe que ele vai ser tosado pelos outros. Ele está mais exposto, no distrito, do que no voto proporcional. E em quarto lugar porque é mais cômodo para nós também. Não é mole você passar uma campanha de três meses visitando o estado todo, município por município, as suas bases...

A.C. - Concentra mais nessas funções para as quais o senhor chamou a atenção há pouco. Essa função de...

A.G. - De identidade, identificação.

A.C. - Prestação de serviços, como o senhor disse.

A.G. - Prestação de serviços. Perfeito.

A.C. - Se nós tivéssemos um tempinho ainda, eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor: por que razão o Cid Sampaio, que apoiou o nome do Cordeiro de Farias para o governo, como uma parte de dissidência da UDN, por que razão ele vai depois, a partir de 58, liderar com tanto empenho uma política contra o governo, que vai levar inclusive à renúncia do próprio general Cordeiro?

A.G. - Em primeiro lugar porque tinha ambição de ser governador, não é? E para ele era mais fácil ser naquela conjuntura, que houve com o apoio das esquerdas, do que com o apoio da própria UDN. Porque ele nem seria. Quando se esboçou a campanha sucessória do general Cordeiro de Farias, de um lado estava o PSD, sem candidatos ainda - a gente formando os candidatos -, e, de outro, a UDN, que o candidato não era Cid - ele nem queria ser candidato, porque ele ia perder a eleição. Ele era um líder que tinha aparecido em Pernambuco comandando as classes produtoras, num movimento de esquerda.

A.C. - Aquele lockout, o senhor já caracterizaria como movimento de esquerda?

A.G. - Aquele era totalmente... Foi um movimento de esquerda contra o general Cordeiro. Contra o general, porque era general, e contra o Cordeiro governador, porque era contra o PSD. Entendeu? O movimento das classes produtoras já foi um movimento político.

A.C. - Um movimento eminentemente antipessedista.

A.G. - Antipessedista e político, conseqüentemente. Toda a UDN estava engajada nele. Eu tenho as fotografias de todos os udenistas lá, na Associação Comercial.

A.C. - Mas uniu a UDN inteira?

A.G. - Uniu acho que 80%. Os ressentidos tinham perdido com Cleofas, e a ala de Cid que tinha ficado contra Cleofas.

A.C. - Isso é que me impressiona, quer dizer: aquela ala que tinha estado a favor, passou a liderar contra. Quais são os precedentes desse...

A.G. - As causas são... Primeiro, a ambição de Cid, porque ele viu naquilo uma possibilidade dele ser governador do estado, dele retomar uma liderança que ele podia ter e que teve algum tempo, ainda dentro da UDN; ele ficou forte com aquilo. Mas, apesar disso, ele, embora quisesse, mas ele sabia que podia enfraquecer-se depois e não ser candidato vitorioso contra o partido, o PSD, que

estava forte no governo - o general fazendo um grande governo, como de fato estava fazendo, de união partidária etc.

Mas o que levou, efetivamente, é que houve uma desunião dentro do PSD. O general ficou sem condições de vetar Jarbas Maranhão. Por quê? Porque quando o general foi candidato, o PSD lançou Jarbas, que apoiou Cleofas. E o general não pôde sair, porque tinha um problema nacional. Ele então teve que agüentar a candidatura dele até o fim, embora tivesse feito uma proposta de renúncia. Ele agüentou e o Jarbas ficou com Cleofas; dissidente do PSD, e passou a apoiar Cleofas. Quando Jarbas, nessa segunda etapa, vem ser candidato do PSD, o general, que tinha sido indicado como responsável pela desunião do PSD, ficou muito contente em poder agora ser um fator de união. Ele não podia dizer: "Não, o meu candidato não é Jarbas." Ele ficaria numa situação...

A.C. - Pareceria uma espécie de indisposição natural contra Jarbas.

A.G. - Natural contra a pessoa. Mas o candidato do general, que nós teríamos ganho a eleição...

A.C. - Apolônio.

A.G. - Pronto. Apolônio Sales. Esse era o candidato do general Cordeiro. E ele lutou muito.

A.C. - Mas o Etelvino não quis.

A.G. - Mas o Etelvino não quis. Porque era a unidade do PSD, unidade etc. e tal, que Jarbas ia vencer... Porque o Etelvino sentia o quê? Diz: "Apolônio é candidato, ligado ao Tenente da Catende, a Antiógenes; Apolônio vai levar todo o poder para a UDN."

A.C. - Mesmo sendo PSD?

A.G. - Mesmo sendo PSD. Era fraco, Apolônio é um homem fraco. Era um homem fraco assim, não tinha... Um homem muito religioso, entendeu? Um homem boníssimo, sério, incapaz de um ato indigno, mas muito fraco de vontade política. Não agüentava. Ele não tinha autoridade para ninguém, o Apolônio. Nunca teve.

A.C. - Quer dizer, o Antiógenes Chaves seria o aglutinador natural?

A.G. - Antiógenes seria. Antiógenes era um homem inteligente, não é? E de raro tirocínio, com aquele pessoal todo da UDN em torno dele, de Catende, os usineiros todos com ele - que era um poder político fortíssimo, o poder econômico do açúcar.

A.C. - Assim como houve a pessedização da UDN num primeiro momento, agora teria havido uma udenização do PSD.

A.G. - Do PSD com o nosso Apolônio. Etelvino viu isso, não é? E disse: "Não, vamos segurar o Jarbas. Nós estamos com um governo forte, Cordeiro fez um grande governo, vamos votar o Jarbas porque nós unimos o PSD e voltamos a ter o poder nas mãos." O general disse: "Então, faça a sua vontade." Discretamente assegurou a eleição; não se empenhou nas eleições. Foi lá, fez um comício num ou noutro município... Comício de inauguração: ia inaugurar uma luz, ele inaugurou etc. Mas não foi daqueles: "Votem em Jarbas Maranhão!..." Nada disso.

A.C. - Não se empenhou.

A.G. - O general ficou lá discretamente. Eu me lembro que o Cid foi lá, fazer um apoio com o Barros de Carvalho, para o general... O general disse: "Não precisava você nem vir aqui. Eu aqui não admito violência." De fato, foram eleições limpíssimas, não houve violência, não houve nada. E o Cid ganhou. Mas... O problema foi esse. E ele ganhou até por uma margem surpreendente para ele mesmo, porque ele não acreditava... Agora, atrás...

A.C. - Aí o general foi obrigado a renunciar.

A.G. - O general... Foi o seguinte: o general ficou assim muito... Faltavam 90 dias para ele entregar o governo, ele ficou assim muito decepcionado com todos, não é? E então disse que renunciava. Nós fizemos um apelo para ele não... Ele disse: "Olha, a situação é essa..."

A.C. - Mas a campanha do Cid contra ele estava grande também nesse momento, não é? Mesmo depois de vitoriosa...

A.G. - Porque era da esquerda. Porque não era Cid. No final, o Cid era o mesmo general Cordeiro. Então a verdade está hoje aí: o Cid depois aderiu à revolução, repudiou a esquerda, veio para a revolução e está aí, não pode nem tentar ir para partido de oposição. Ele está tão dentro dos interesses da revolução...

A.C. - Ele se decidiu, afinal, por algum partido?

A.G. - Não, ele não pode se decidir, ele vai decidir pelo PDS.

A.C. - Porque ele queria entre PDS e PP, não é?

A.G. - Não, PP ele não vai. A não ser que o PP se aproxime logo do governo, entendeu? Mas ele não vai, porque ele tem medo do PP - em Pernambuco não tem nada, não é? Ele vai é para o PDS. Se ele for para algum é sublegenda do PDS. Fica na sublegenda. Mas não acredito que ele saia do partido do governo. Não pode sair, tem seus interesses, sua economia está toda dependendo do Banco Central, Banco do Brasil... Tudo isso é um complexo; a pessoa não pode jogar os pés assim, não. E ele, no PDS, pode até chegar ao governo do estado, porque ele é o líder que o PDS tem. O PDS só tem dois líderes para enfrentar essa campanha - a meu ver; posso estar completamente enganado. Um é Cid Sampaio e o outro é Nilo. Fora daí...

A.C. - Está muito consolidado, nessa presidência do Senado, não é?

A.G. - Tem Moura, mas Moura está doente; tem o grupo dele, mas talvez não resista nem a uma campanha.

A.C. - Ele está doente... doença grave?

A.G. - Dizem que é uma doença grave, e que se restabeleceu, mas ninguém sabe até quando a pessoa se restabelece de certos tipos de doença. Deus permita que ele esteja restabelecido. Mas, de qualquer sorte, não tem confiabilidade no estado de saúde para enfrentar uma campanha política dessa natureza. Então, os três líderes, realmente... Os dois, realmente, a meu ver, são esses: Nilo e Cid. Cid com mais chance do que Nilo, porque Cid tem uma votação na capital que o Nilo não tem. E demonstrou agora, na eleição do Senado.

A.C. - Quem?

A.G. - O Cid Sampaio.

A.C. - Tem votação em Recife?

A.G. - Tem, votação extraordinária no Recife. Daquela classe média, da burguesia chamada progressista, os pequenos e médios comerciantes, funcionários públicos - essa gente que não vai para o governo de forma nenhuma, nem fica na esquerda violenta. Classe média e que ainda fica com Cid Sampaio.

A.C. - Quer dizer, ele penetra nessa área...

A.G. - Na área de comércio, pequeno comércio, pequena indústria, oficina, essa gente aí. Penso eu assim, entende? Pois certo?

A.C. - Está certo. É pouco, mas não é possível mais, não é?

A.G. - É, noutra hora a gente...

[FINAL DO DEPOIMENTO]